

fundão  
365 dias à descoberta



EBVROBRIGA

EBVROBRIGA

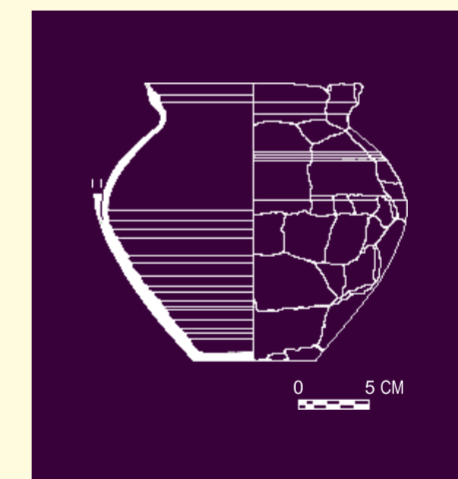
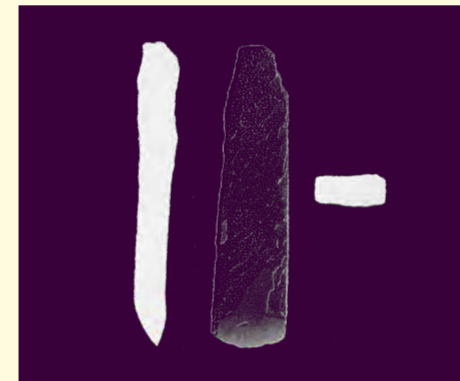
2011/2012

nº 7

# EBVROBRIGA

História . Arqueologia . Património . Museologia

Revista do Museu Arqueológico Municipal  
José Monteiro  
do Fundão



# EBVROBRIGA

História . Arqueologia . Património . Museologia

Revista do Museu Arqueológico Municipal  
José Monteiro  
do Fundão

2011 / 2012

## Ficha Técnica

**Director:** Paulo Fernandes

**Coordenador redactorial:** J. Mendes Rosa

**Secretariado de redacção:** Joana Bizarro, Otilia Nunes, Paulo Gonçalves, Pedro Mendonça, Pedro Ribeiro.

**Propriedade:** Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

**Conselho editorial:** Adriano Vasco Rodrigues, Amilcar Guerra, Ana Mercedes Stoffel, António Martinho Batista, António Nabais, Armando Coelho Ferreira da Silva, Enrique Ariño Gil, Fernando Patrício Curado, Francisco Faure, Henrique Coutinho Gouveia, Hugues de Varine, Jesús Liz Giral, Jesué Pinharanda Gomes, João dos Anjos Neves, João Mendes Rosa, João Nuno Marques, João Trigueiros, Joaquim Candeias da Silva, Joaquim Veríssimo Serrão, Jorge Alarcão, José Branquinho de Carvalho, José Cardim Ribeiro, José d'Encarnação, José Santolaya Silva, Julián Bécarea, Luís Raposo, Manuel Poças das Neves, Maria Carmen Sevillano San José, Maria Cruces Bázquez, Maria Paz Bellido, Mário Moutinho, Mário Nunes, Marcos Osório, Matín Almagro Gorbea, Miguel Garcia Figuerola, Paulo Fernandes, Pedro Carvalho, Raquel Vilaça, Socorro Lopez Plaza, Trinidad Nogales Basarrate, Santiago Bayón Vera.

**Concepção gráfica original:** Cláudia Saraiva | J. Mendes Rosa

**Design gráfico e paginação:** Câmara Municipal do Fundão

**Impressão:** Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

**ISSN:** 1645-9687

**Depósito Legal:** 255163/07

**Periodicidade:** Anual

**Edição:** N.º7

Pedido de exemplares e correspondência relativos a colaboração e permuta devem ser dirigidos a:

Revista Eburobriga – Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

Rua do Serrão, n.º 13-15 6230-418 Fundão

Tel: 275 774 581 | Fax: 275 774 583

[www.museuarqueologicofundao.com](http://www.museuarqueologicofundao.com)

[geral@museuarqueologicofundao.com](mailto:geral@museuarqueologicofundao.com)

Solicita-se permuta/On demand l'echange/Man bitten um austausch/Exchange requested

# O CASTRO DO CABEÇO DA ARGEMELA (FUNDÃO)

## Trabalhos desenvolvidos entre 2003 e 2009

João N. Marques\*  
Sara Almeida\*\*  
Nuno Ferreira\*\*\*  
Raquel Vilaça\*\*\*\*

### Enquadramento geográfico, descrição do sítio e breve historial das investigações

O Cabeço da Argemela é um povoado com ocupação datável do 1º milénio a.C. e localiza-se, administrativamente, na freguesia de Lavacolhos, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco. Tem as seguintes coordenadas geográficas<sup>1</sup>: latitude - 40° 09' 22" N; longitude - 7° 36' 12" W (Greenwich); altitude 746 m (Fig. 1).

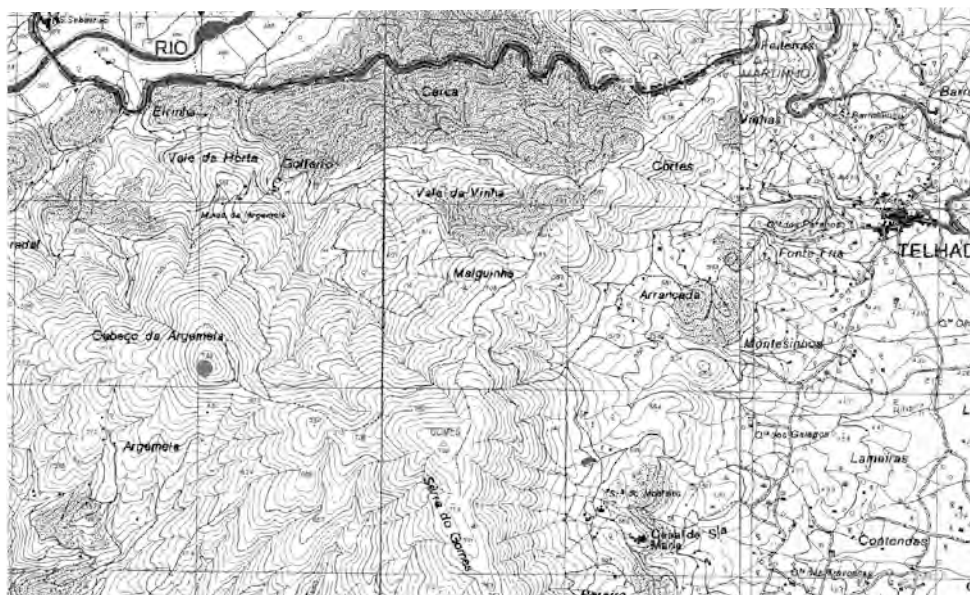


Figura 1 – Localização do Cabeço da Argemela na Carta Militar de Portugal, escala, 1/25 000, folha 245 – Silvares (Fundão), 2ª edição, 1991.

\* Palimpsesto. Estudo e Preservação do Património Cultural, Mestrando em Arqueologia e Território no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Co-responsável pelas intervenções arqueológicas. E-mail: jnmarques@palimpsesto.pt

\*\* Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra. Co-responsável pelas intervenções arqueológicas. E-mail: sara\_almeida11@hotmail.com

\*\*\* Palimpsesto. Estudo e Preservação do Património Cultural, Co-responsável pelas intervenções arqueológicas. E-mail: nmferreira@palimpsesto.pt

\*\*\*\* Instituto de Arqueologia. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP/FCT). E-mail: rvilaca@ci.uc.pt

1 - "Carta Militar de Portugal na escala, 1/25 000"; Folha 245 – Silvares (Fundão), 2ª edição, 1991.





O Cabeço da Argemela situa-se no limite poente da Cova da Beira. Geomorfológicamente esta última integra-se na Cordilheira Central, que nesta área forma uma barreira entre o Norte e o Sul do País. A sua fronteira a norte é a serra da Estrela, enquanto a sul e oeste a sua delimitação faz-se pela serra da Gardunha. A Cova da Beira é uma depressão tectónica, recente, que se estende no sentido Nordeste/Sudoeste ao longo de 30 Km e 12 km de largura (Ribeiro *et alii*, 1987:151) (Fig. 2).

Este vale, uma autêntica via natural, é atravessado pelo rio Zêzere e pelos afluentes da margem esquerda, designadamente as Ribeiras da Meimoa, de Caria e de Alcaria.

Sob o ponto de vista litológico, a área em causa é constituída por solos predominantemente graníticos, com biotites e moscovites. As rochas xisto grauváquicas, muitas vezes atravessadas por filões de quartzo leitoso, também marcam presença, ainda que minoritária.

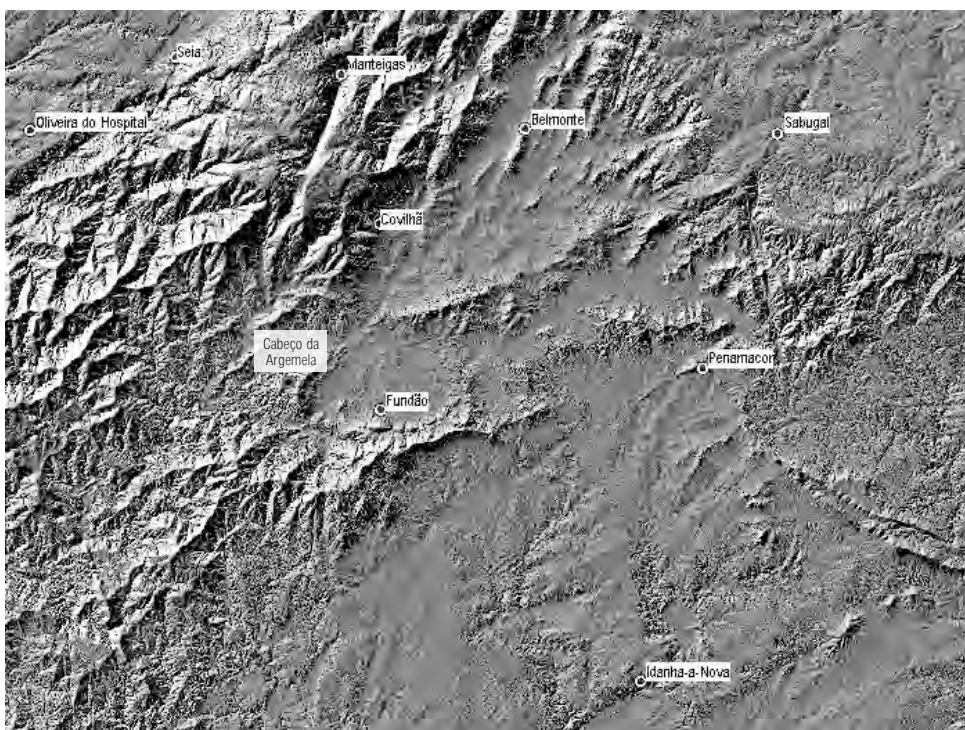


Figura 2 – Localização do Cabeço da Argemela.

O sítio localiza-se no cimo de uma elevação de forma cónica (Fig. 3) que se destaca numa área de relevos acidentados conhecida por serra do Gomes. Toda esta área é de montanha, com a Gardunha a sul e a Estrela a norte. Cerca de 1500 m a norte corre o rio Zêzere, na altura em que começa o seu percurso sinuoso. Além deste, outras linhas de água percorrem a região, destacando-se a ribeira de Ximassas, afluente do Zêzere.



Figura 3 – Vista geral do Cabeço da Argemela a partir de sul.

As características geológicas deste local revelam-se decisivas para a compreensão não só da sua ocupação antiga, como das recentes transformações nele ocorridas, no contexto dos trabalhos de exploração mineira.

Em termos particulares, o relevo é constituído por xistos argilosos excepto no cume onde se encontra um afloramento granítico de forma subcircular com cerca de 300 de diâmetro. É de salientar ainda, a ocorrência a cerca de 300 m a noroeste, de um campo filoniano quartzoso mineralizado por cassiterite e volframite que surge nas zonas de contacto entre os xistos e os granitos (Thadeu, 1951: 46, 47), explorado até ao século passado.

Os recursos minerais da região são consideráveis, encontrando-se nas áreas próximas aluviões estaníferos e auríferos no rio Zêzere e nas ribeiras do Paúl, da Gaia, Maçainhas e Caria (Fig. 4) (Carvalho, 1979, citado em Vilaça *et alii*, 2000:192).

A cobertura vegetal é constituída por uma mancha florestal de pinheiros e eucaliptos, mas também de mato rasteiro predominando os carrascos, as estevas e as giestas.

Ainda a este respeito, refira-se que os indicadores paleoambientais sugerem que no I milénio a. C. a vegetação não deveria diferir da que existia antes dos episódios recentes de reflorestação com espécies não autóctones. Os estudos polínicos realizados na Lagoa Comprida a 1600 m (Janssen e Woldringh, 1981: 299-309; Van Den Brink e Janssen: 1985, citado em Daveau: 1988) e no Charco da Candieira a 1400m (Van Der Knaap e Van Leewen:1995), ambos na serra da Estrela permitem-nos traçar sumariamente o quadro paleoambiental e paleobotânico da região no pós-glaciar.



Não obstante não ser o cabeço mais elevado da região, o sítio dispõe de um amplo campo de visibilidades, tendo absoluto domínio visual sobre as faldas orientais da Estrela, do traçado que o Zêzere descreve nesta zona, como também sobre todo o comprimento da Cova da Beira (fig.4) e para além desta, podendo observar-se a serra de Peroviseu, o povoado da Cabeça Gorda, o castro da Senhora da Esperança (Belmonte) e o povoado de S. Cornélio (Sabugal) já na Meseta (Vilaça *et alii*, 2000: 200); mais próximo, controla visualmente a área de passagem a cotas inferiores do lado poente da Cova da Beira.



Figura 4 – Vista nordeste a partir do Cabeço da Argemela.

Podemos dizer que o Castro do Cabeço da Argemela é conhecido desde a profundidade dos tempos. Ainda hoje, constitui um marco incontornável na definição da identidade cultural regional, fixando memórias de uma remota origem comum, em lendas e narrações fantásticas que denunciam a efabulação de um passado esquecido. Estórias essas que ainda hoje podemos ouvir no Barco e em Lavacolhos acerca das origens da Argemela.

As primeiras referências escritas ao Cabeço da Argemela, encontram-se nas memórias paroquiais de 1758 onde ficamos a saber que a população do Barco terá usado as pedras da muralha para utilizar na construção das casas da aldeia. Já no século XVIII o cabeço servia de pedreira!

No século XIX aparece referido no livro de *José Ignacio Cardoso, Quadro da Provincia da Beira Baixa – Monumentos archeologicos*, publicada em 1861. Nesta se afirma que do lado sul [do rio] “avulta quasi pyramidalmente o monte elevado de Argimella [...] com restos de muralhas [...]”. Ali costumam ir cortar e lavrar os canteiros pedras



para os portaes dos edifícios [...] e poucos anos ha que lá descobriram argolas de ouro de um artificio muito simples, e do valor de 60 a 80\$000 réis cada uma.” (Cardoso, 1861: 22-23).

Na bibliografia arqueológica propriamente dita será Martins Sarmento o primeiro a integrá-lo em obra científica, dedicando-lhe fugaz referência na *Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881* (Sarmento, 1933: 133), o mesmo que Tavares Proença fará, já em inícios do séc. XX, no seu *Ensaio de inventário dos castros portugueses* (Proença, 1908: 22-23). Mais tarde, João de Almeida (1945: 428-429) dedica-lhe umas breves linhas. Só em 1997 se efectuou um estudo mais aprofundado, coordenado por Raquel Vilaça, que viria a ser publicado em 2000 (Vilaça *et alii*, 2000: 200).

Mas o interesse do Cabeço da Argemela, não é exclusivamente paisagístico e patrimonial... A destruição em 1999, de parte da muralha, denunciada na altura pelos jornais, e depois em 2002, veio a desencadear por parte do antigo Instituto Português de Arqueologia, um processo de contestação do licenciamento da exploração mineira prevista para o local. De facto é o carácter excepcional da composição mineralógica do maciço granítico - marcado pela presença de um fundente feldspático utilizado pela indústria cerâmica - de características únicas em Portugal, que dita a exploração mineira do cabeço na actualidade.

As intervenções mineiras foram superiormente autorizadas, mas foram delineadas medidas de minimização de impactes arqueológicos que passaram a ser acompanhadas por uma equipa de arqueologia da Palimpsesto.

Assim, com base num primeiro parecer elaborado por um de nós (R.V.) (Novembro de 2002), foram delineadas as estratégias de intervenção para o sítio.



Figura 5 – Notícia no Jornal do Fundão.





## **Descrição dos trabalhos – resultados preliminares**

Os trabalhos desenvolveram-se em quatro vertentes fundamentais: prospecções prévias, acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos relacionados com a pedreira, monitorização periódica das muralhas do povoado e sondagens arqueológicas de diagnóstico.

A finalidade primeira dos trabalhos consistiu na avaliação e minimização dos impactos arqueológicos da exploração mineira, todavia, temos procurado estender esses objectivos, para uma investigação orientada, que possa dar um contributo para o estudo do I milénio a.C..

### **Prospecções**

As prospecções foram efectuadas no decurso de acções realizadas no âmbito da exploração mineira do sítio, desde Fevereiro de 2003 até Dezembro de 2009. Efectuámos prospecções intensivas em toda a área do povoado e nas áreas adjacentes, em particular nos quadrantes NE e SE do monte que foram desmatados no âmbito destes trabalhos. Estes trabalhos permitiram-nos detectar duas linhas de muralha e proceder à recolha de materiais arqueológicos para caracterização crono-cultural do sítio arqueológico.

A primeira linha situa-se na plataforma superior do monte e encontra-se, no seu conjunto, num razoável estado de conservação.

A segunda linha de muralha circunda parcialmente todo o cabeço, encontrando-se, contudo, um pouco mais descaracterizada. A norte e a nordeste, a muralha encontra-se parcialmente destruída, muito por força de um caminho que acompanha o seu percurso. A oeste-sudoeste, identificámos numa extensão considerável, uma interrupção da muralha. Aparentemente, devido a uma pedreira que aí terá funcionado.

Desenvolvemos ainda um sistema de monitorização da muralha através da implantação de sete pontos implantados topograficamente que são alvo de leituras periódicas anuais e sempre que se proceda à utilização de explosivos no trabalhos de desmonte de pedra.

### **Acompanhamento Arqueológico**

Efectuámos o acompanhamento arqueológico permanente de todos os trabalhos que implicaram revolvimento de solos e desmatção do terreno (2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009) nos quais não foram detectadas ocorrências arqueológicas (Fig. 6).



Figura 6 – Aspecto dos trabalhos na Mina da Argemela.

### As escavações arqueológicas

Ao longo do período em análise, foram realizadas três campanhas de escavação arqueológica. As duas primeiras programadas em complemento às medidas de mitigação de impactes da exploração directa da pedreira e a última como diagnóstico do potencial arqueológico da área SE do Castro (Fig. 7).

Independentemente das contingências decorrentes de um procedimento de análise por amostragem, os dados recolhidos nestas intervenções, configuram um salto qualitativo no estágio da investigação do povoado.

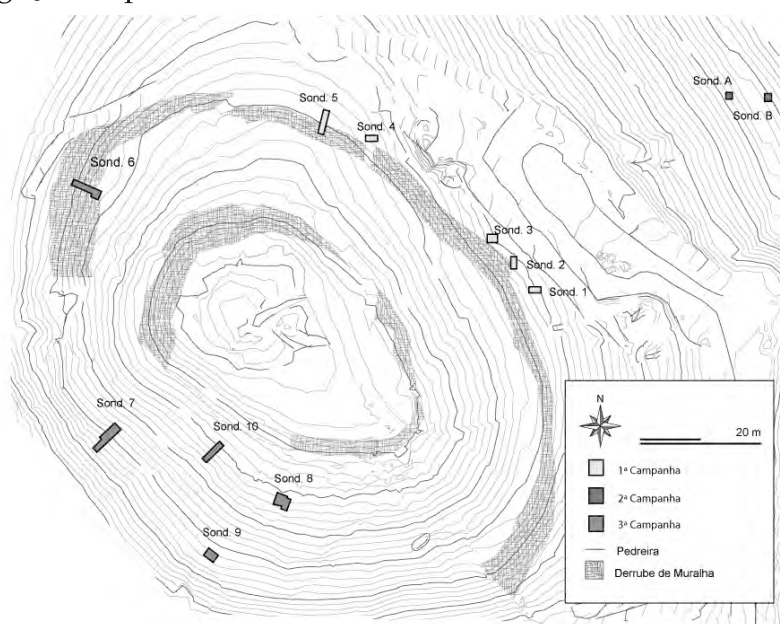


Figura 7 – Planta topográfica do Cabeço da Argemela.



A primeira das intervenções reporta-se a 2003 e teve como principal objectivo detectar vestígios de ocupação, no exterior da 2ª linha de muralha (num sector a afectar pela exploração mineira). Nesta fase, realizaram-se cinco sondagens, das quais quatro não revelaram níveis ou estruturas arqueológicas conservadas. Já na sondagem 5, transversal à cintura de derrube, desocultou-se um troço do pano exterior da muralha, constituído por aparelho de alvenaria de pedra seca e com cerca de 1 m de altura conservado (Fig. 8).



Figura 8 – Aspecto da muralha detectada na 1ª campanha (sondagem 5).

Uma segunda campanha, circunscrita a duas sondagens, na zona SE do povoado e despoletada pela detecção de um aglomerado pétreo nessa área, revelou-se desprovida de interesse científico ou patrimonial, na medida em que não proporcionou a detecção de níveis ocupacionais relacionáveis com o povoado.

Por último, a terceira campanha surge na sequência do interesse manifestado pela Unizel Minerais, Lda., na ampliação da área de exploração da mina. Nesta circunstância, foi traçado um plano de avaliação de potencial arqueológico, tendo em vista reunir elementos para a ponderação de uma proposta de minimização, compatível com a continuação do projecto de exploração.

A área intervencionada nesta fase inscreve-se no quadrante SO do Cabeço, compreendida sensivelmente entre os dois anéis de muralha, numa zona declivosa e com evidentes sinais da perturbação, decorrentes da exploração mineira ocorrida no século XX (Fig. 9).





Figura 9 – Vista do Cabeço da Argemela a partir de sudoeste.

Tendo em vista potenciar os resultados da cobertura por amostragem da área a avaliar, a implantação das sondagens foi dirigida para zonas marcadas por anomalias do micro-relevo, eventualmente indiciadoras de pré-existências estruturais, a diferentes linhas de cota, de modo a projectar uma visão diversificada das realidades estratigráficas e processos de sedimentação ao longo da vertente.

A exposição dos resultados obtidos seguirá uma abordagem individualizada a cada uma das sondagens, uma vez que em todas se detectaram níveis ocupacionais preservados e com traços distintos entre si.

Assim, na sondagem 6 ressalva-se a detecção de um conjunto estrutural de natureza defensiva e de modelação de terreno, condicente com a utilização e transformação de um espaço de domínio público/comunitário, dentro de uma ocupação monofásica atribuível à II Idade do Ferro (Fig. 10). Referimo-nos concretamente a um sector topograficamente conformado pela segunda linha de muralha [611] (com 2,3 m de largura, por 0,8 de altura conservada) e pelo muro de contenção [607] (com 1,2 m de altura), com aparelhos construtivos em alvenaria de pedra seca, faces aparelhadas e preenchimento com blocos irregulares e terra de permeio. Estas duas construções de carácter monumental estruturam decisivamente o espaço, estabelecendo uma linha de fronteira (onde se delimita o domínio interno e externo do povoado) e uma cintura de circulação estabelecida pelo corredor compreendido entre as duas estruturas.





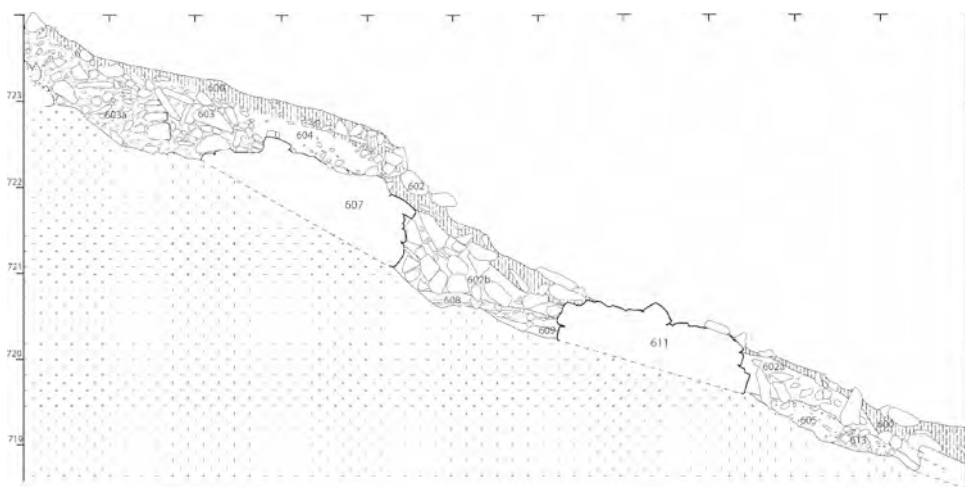


Figura 10 - sondagem 6: perfil estratigráfico S.

Passando à sondagem 7, da síntese dos resultados obtidos destaca-se a sucessão de seis níveis de ocupação (com fraca sedimentação entre si - o que aponta para uma utilização intensiva deste espaço), dentro de um ciclo diacrónico estremado entre o Final da Idade do Bronze e a II Idade do Ferro (Fig. 11).

A tipologia das estruturas detectadas, bem como o espólio recolhido, apontam para a instalação, nesta zona, de unidades de cariz doméstico/habitacional. Aí, a justaposição de solos de ocupação é intercalada apenas por dois níveis de destruição identificados, a que se sucede uma transformação profunda do desenho das superestruturas, que se depreende da anulação dos alinhamentos estruturais precedentes. De facto, no que respeita à maioria dos solos de ocupação, a sua sobreposição não assume um carácter de ruptura, parecendo resultar de episódicas e ligeiras remodelações na organização do espaço doméstico, patentes, por exemplo, na realocização das estruturas de combustão (que nesta sondagem se cifram na dezena).

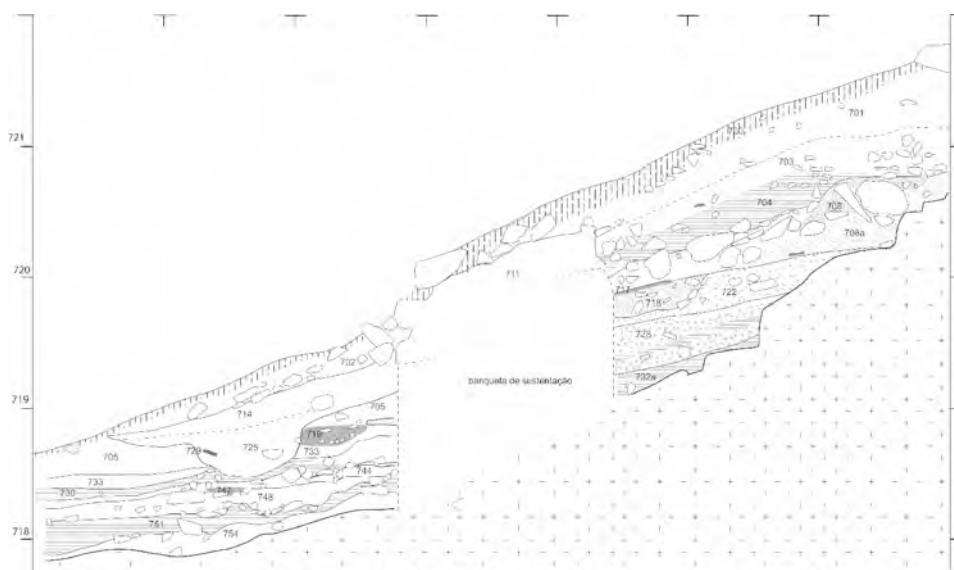


Figura 11 - Sondagem 7: perfil estratigráfico NW.

Relativamente aos níveis ocupacionais, reconhecidos destaca-se um - definido por um abrigo artificial (que aproveita o afloramento rochoso onde se apoiam grandes lajes graníticas [710]) instalado no sector superior, que integra duas lareiras, uma das quais com o lar ornado com impressões circulares [717] (na base da qual se recolheu um punhal), encerrando o ciclo da utilização doméstica deste espaço, num momento já dentro da II Idade do Ferro (Fig. 12).



Figura 12 – Sondagem 7: aspecto do abrigo.

Passando à sondagem 8, destaca-se aqui uma sequência estratigráfica relativamente simples, com evidências de uma fase ocupacional ancorada na II Idade do Ferro (embora assente em níveis de aterro de formação anterior).

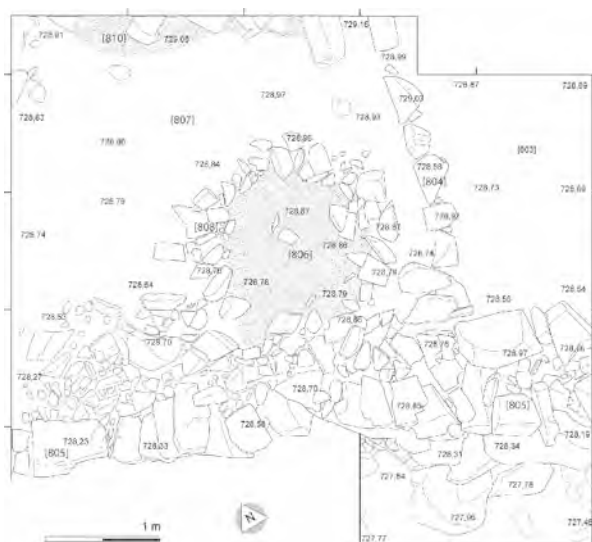


Figura 13 – Sondagem 8: plano do horizonte ocupacional da II Idade do Ferro.



Este horizonte ocupacional caracteriza-se pela existência de uma construção de modelo sub-rectangular, que ultrapassa os limites da sondagem e que compreendia, no seu interior, vestígios de piso [810] e uma sub-estrutura de formato circular [806], a qual poderá corresponder a uma área de actividade específica dentro da unidade construtiva (Fig. 13).

Um cenário aproximado observa-se num patamar inferior, onde a abertura da sondagem 9 proporcionou a identificação de duas fases de ocupação ilustrativas de diferentes momentos da vida do povoado.



Figura 14 - Sondagem 9: vista do lajeado [911].

Assim, num primeiro momento, fixado no Final da Idade do Bronze, o espaço é definido por um lajeado bastante regular [911], incorporando elementos reaproveitados (nomeadamente dormentes) e que configuraria presumivelmente um espaço descoberto (Fig. 14).

Segue-se numa fase mais recente, já no decurso da Idade do Ferro, a anulação deste pavimento por meio da edificação de uma construção, presumivelmente de planta rectangular. Desta estrutura foi possível colocar a descoberto a base de um dos muros de delimitação, um piso (de onde provêm seis pequenos botões em bronze) com duas lajes fincadas verticalmente ao centro e um covacho [908].





Figura 15 – Sondagem 9: aspecto do piso [907].

Apesar de se não terem identificado estruturas de combustão no seu interior, é de admitir que esta cabana possuísse carácter doméstico, sendo que, relativamente ao lajeado mais antigo não é de momento, claro o seu ambiente funcional.

No que concerne aos dados enunciados, há a sublinhar a extensão do raio do perímetro habitacional do povoado até uma área significativamente afastada do seu eixo central.

Finalmente, a sondagem 10 apresenta um cenário marcado pela perturbação dos níveis mais antigos, e pela lixiviação continuada dos seus depósitos sedimentares, por força da inclinação do terreno.

Os depósitos mais antigos desta zona correspondem a dois níveis de despejo formados já em período sidérico, ao primeiro dos quais se associa uma pequena lareira estruturada. Este primeiro solo de ocupação, definido pela estrutura de combustão, que terá funcionado ao ar livre, parece ter tido uma duração fugaz, sendo seguidamente anulado pelo segundo nível de despejo ou aterro.

Ou seja, nesta zona de acentuado declive é de realçar a aparente inexistência da instalação de estruturas construídas, parecendo, pelo contrário, esta área votada preferencialmente a ações de despejo.

Dos dados expostos sobressai que, no seu conjunto, os trabalhos desenvolvidos na última campanha revelam, independentemente do grau de perturbação de contextos e do acentuado declive do terreno, a presença de níveis ocupacionais na totalidade das sondagens, níveis estes, pautados pela diversidade da natureza dos depósitos e estruturas e da intensidade ocupacional.





Portanto, esta amostra permite definitivamente concluir da extensão e espectacular preservação dos multifásicos contextos ao longo de vertente SW do cabeço do povoado.

### A cultura artefactual

No que concerne à cultura material, importa salientar que a esmagadora maioria do espólio exumado no Cabeço da Argemela procede das recolhas efectuadas na campanha de 2009, encontrando-se portanto o seu estudo ainda em curso, sendo objecto inclusive de um trabalho académico no âmbito da realização uma tese de mestrado.<sup>2</sup> Apesar destas limitações é possível, desde já, avançar com algumas considerações acerca dos artefactos provenientes do local.

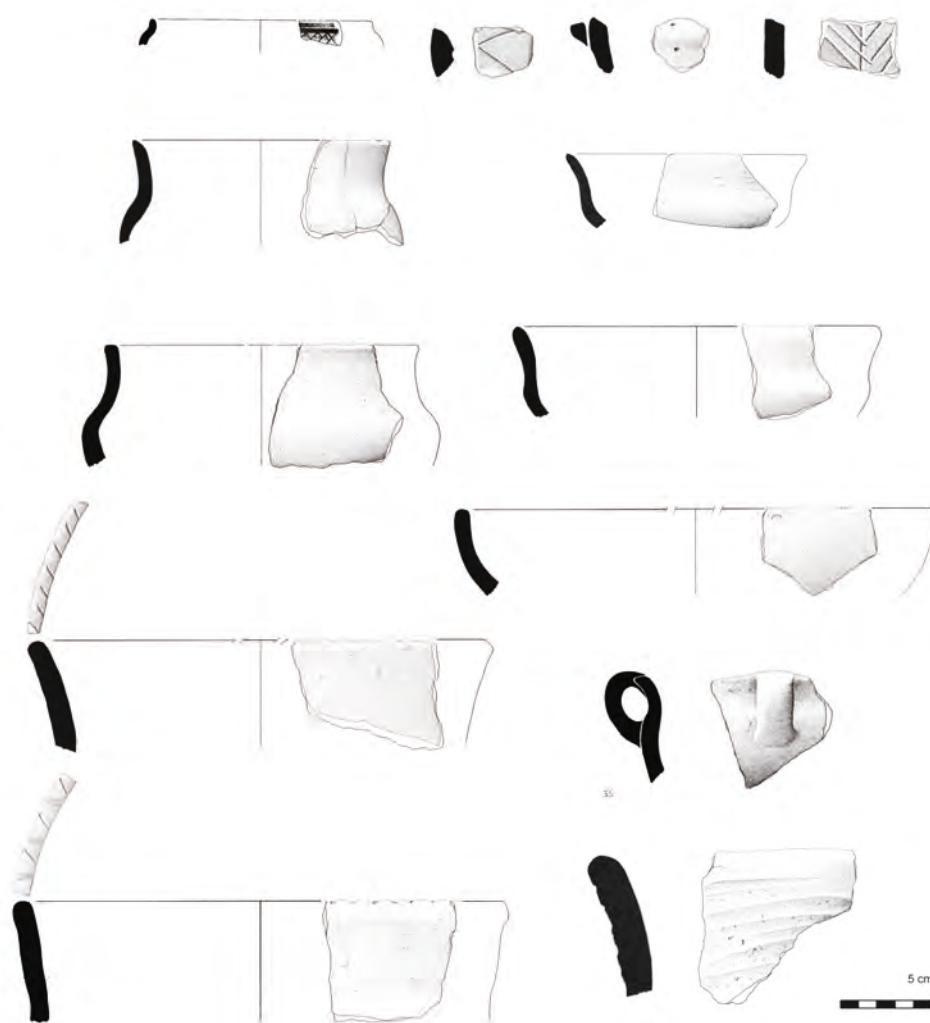


Figura 16 - Cerâmica de modelação manual.

2 - Tese elaborada por Diana Fernandes sob orientação de um de nós (R.V.) no âmbito do Mestrado em Arqueologia e Território do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Neste sentido, o tratamento preliminar da cerâmica (a principal categoria artefactual em termos de volume), permite isolar dois grupos principais: um mais arcaico atribuível ao Final da Idade do Bronze a Inícios da Idade do Ferro e um segundo datável do Ferro Pleno.

O primeiro grupo caracterizado por fabricos manuais (Fig.16) compreende formas fechadas, como os potes de bordo ligeiramente esvasado, por vezes com decoração incisa sobre o lábio e superfícies alisadas, rugosas ou *cepilladas* e os vasos baixos com colos de tendência vertical e panças pouco destacadas recorrentemente associados a produções de boa qualidade técnica.

Dentro dos recipientes abertos surgem taças hemisféricas e carenadas, por vezes com aplicações mamilares e normalmente superfícies bem afagadas ou brunidas. Estas formas são comuns nos povoados contemporâneos na Beira Interior (Vilaça, 1995 e Silva, 2005), como de resto na metade ocidental da Península. A presença de decoração é escassa e essencialmente marcada pelos padrões incisivos elementares embora se registre, a título excepcional, a presença de ornatos brunidos que juntamente com um pequeno fragmento pintado a vermelho tipo “Carambolo”, remetem para contactos remotos com ambientes meridionais (Vilaça, 2005: 13 e ss.).

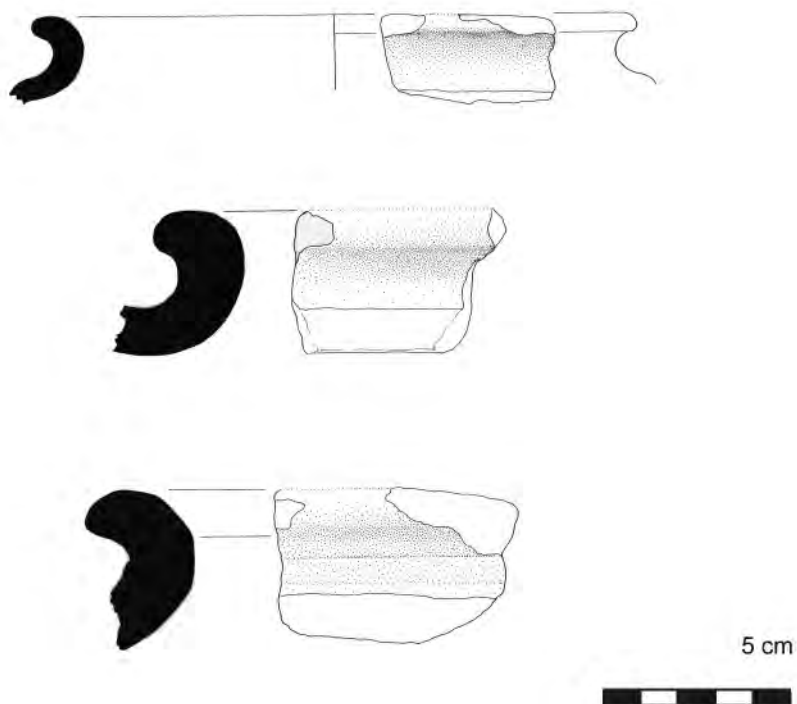


Figura 17 – Cerâmica modelada ao torno.



No segundo grupo convivem recipientes montados a torno lento e torno alto com produções manuais - em tudo idênticas às acima descritas. Sobressai neste conjunto, e no que respeita especificamente às peças montadas a torno alto, a fraca diversidade formal onde imperam os potes de colo mais ou menos estrangulado e bordo extrovertido com superfícies alisadas. Estas formas marcadas pela ausência de decoração encontram-se razoavelmente bem representados, nos povoados do Ferro Pleno, da Beira Interior, tais como o Castelejo, Tostão, Quinta da Samaria ou Alfaiates (Silva, 2005: 91).

Ainda dentro da categoria da cerâmica, mas desta feita relacionada com a actividade metalúrgica no povoado, refira-se a recolha de dois fragmentos de cadinhos, com vestígios nas superfícies interiores de Ligas de cobre (Cu+Sn) (Vilaça *et alli.*, 2011, p.446)

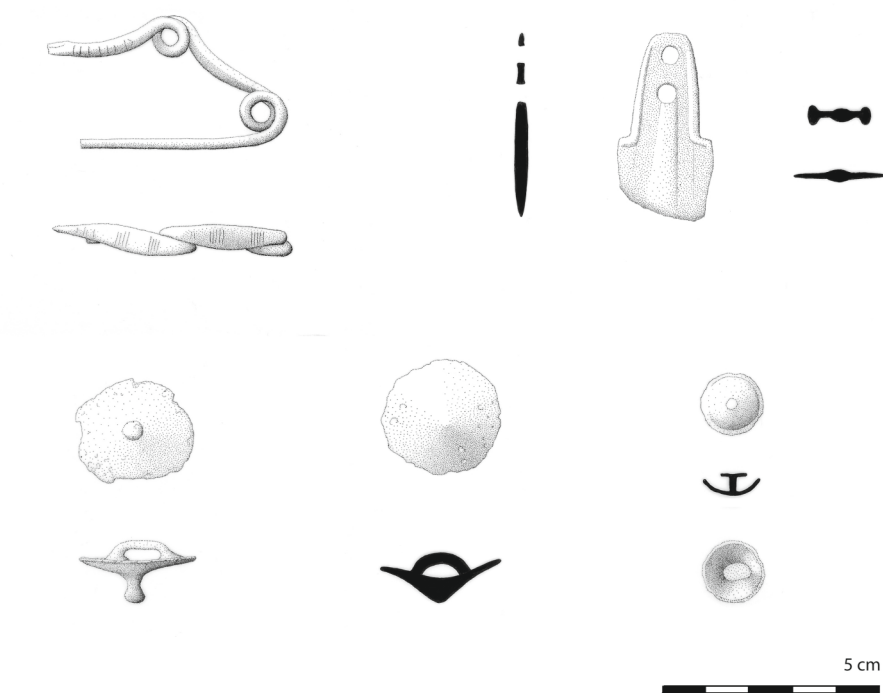


Figura 18 - Metais.

Indicativa desta actividade, cujos aspectos foram recentemente apresentados em detalhe (Vilaça *et alli.*, 2012), é a presença de inúmeros artefactos metálicos, dos quais há a registar trinta e cinco ocorrências, destacando-se neste lote, um considerável conjunto de botões, uma fíbula de arco multicurvilinear, com decoração incisa e um fragmento de punhal de tipo "Porto de Mós" - uma peça claramente atribuível ao Bronze final, mas com a particularidade de ter sido reciclada, na II Idade do ferro (Fig. 18).

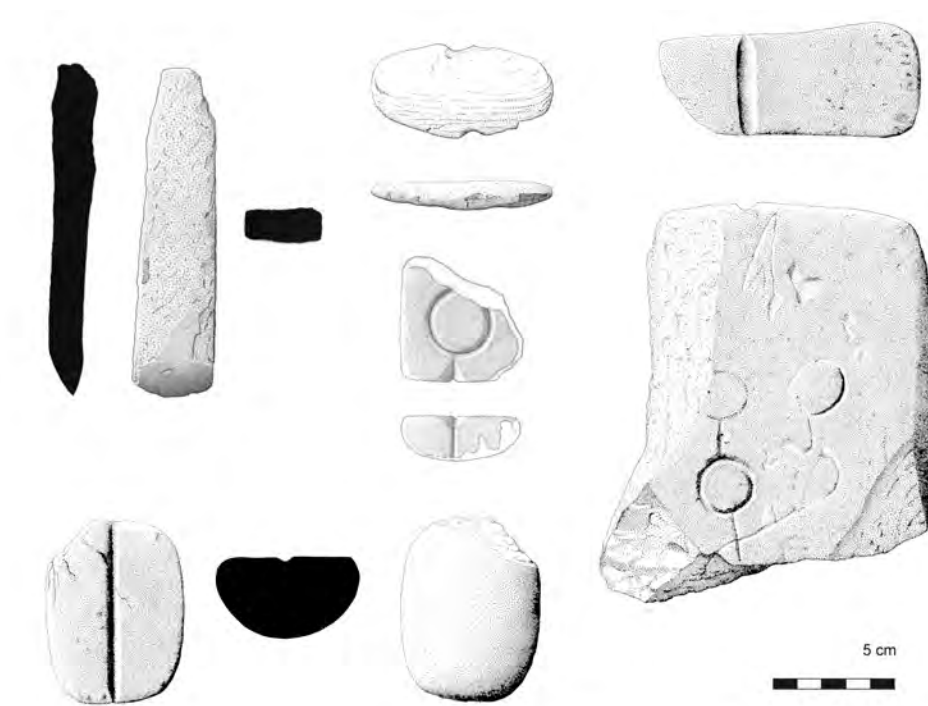


Figura 19 - Artefactos líticos.

No vasto e variado grupo do espólio lítico somam-se instrumentos tão diversos como lâminas em sílex, pendentes, pesos de rede, elementos de moinho (dormente e moventes) machados, um martelo de mineração e moldes diversos.

Pela sua singularidade, queremos aqui apenas destacar a presença de cinco moldes, de tipologia diversa. Um molde de machados, dois moldes de varetas e dois moldes de argolas, um deles múltiplo, o que é raro no território português onde apenas se conhece um paralelo no Castro da Cola (Ourique) (Viana *et alli*, 1957) (Fig. 19).

Ao nível das suas diversas categorias, a generalidade do espólio reflecte uma ligação estreita e directa a actividades económicas de natureza primária (da esfera da produção e consumo de bens), como é o caso dos recipientes cerâmicos, dos pesos e dos inúmeros dormentes. Complementarmente, os moldes e cadinhos remetem-nos por sua vez para prática da metalurgia.

Em termos genéricos pode-se destacar como traço dominante, no conjunto da cultura artefactual identificada, a sua feição local, sem que contudo se deixem de notar alguns sinais de abertura ao exterior e permeabilidade cultural, sobretudo para o período mais recuado, com a inclusão de materiais oriundos ou de inspiração meridional (como é o caso da fíbula e da cerâmica tipo Carambolo e de ornatos brunidos).





Em suma, o povoado do Cabeço da Argemela assume-se pela sua situação estratégica notável, integrado na vasta rede de povoamento da Cova da Beira, onde terá desempenhado, no I milénio a.C., um papel relevante, sobretudo ao nível das redes de intercâmbio da Beira Interior.

Efectivamente, o sítio reúne características que o elevam a estação incontornável para uma aproximação à compreensão do modelo de povoamento da região, ao longo dos finais da Idade do Bronze e dos derradeiros momentos da Idade do Ferro (Fig. 20). Não sabemos se continuada, mas esperamos brevemente poder efectuar datações que nos permitam ajudar a esclarecer este problema.

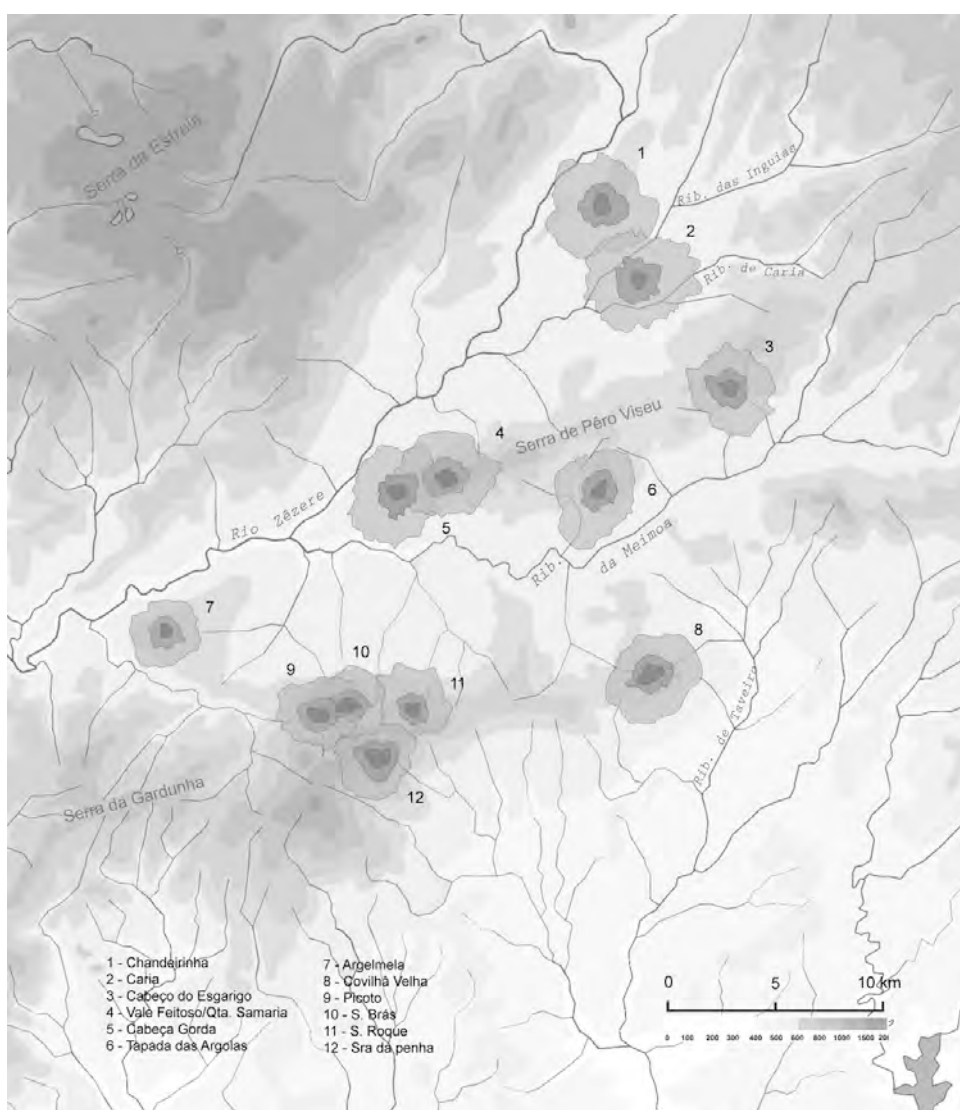


Figura 20 – Mapa dos potenciais territórios de exploração de povoados do I Milénio a. C. na bacia do Zêzere.

Voltando ao modelo de ocupação constatado, a apropriação integral do espaço revela-se na sua delimitação perimetral, na modelação do terreno através de estruturas de contenção e na estruturação interna do solo disponível, marcada pela alternância de espaços descobertos, eventualmente de domínio supra-familiar, com unidades construídas de carácter doméstico e laboral, aparentemente sem grande diferenciação dos espaços.

Efectivamente, este cenário de natureza arquitectónica é povoado por vestígios de vivências, gestos, rotinas - uma cultura material - a partir da qual se recuperam, paulatinamente, noções tão subtis como redes de contactos, modelos sociais, condição económica, domínio tecnológico... enfim, um sem número de facetas que se revelam não sem resistência ao escrutínio da nossa análise.

Em jeito de remate, salientamos apenas a ideia de que, independentemente da importância das actividades de natureza agro-pastoril, no quotidiano destas comunidades, se associarmos à fraca vocação produtiva dos solos no Cabeço da Argemela, a ocorrência de areias estaníferas e auríferas, no território imediato do povoado, e ainda a quantidade de indícios de produção metalúrgica disponíveis, será forçoso reconhecer que a estratégia de ocupação - pelo menos no Bronze final - do povoado assentaria, em grande medida, no domínio de recursos mineiros e das suas rotas naturais de circulação.



## Bibliografia

ALMEIDA, J. (1945). Roteiro dos monumentos militares portugueses (distritos da Guarda e Castelo Branco). vol. I. Lisboa.;

CARDOSO, J. I. (1861), Quadro da Provincia da Beira Baixa. Monumentos archeologicos. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARDOSO, J. L., CANINAS, J. C., HENRIQUES, F., (1998), “ Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de S. Domingues (Malpica do Tejo, Castelo Branco) ”, Actas do Colóquio «A Pré-História na Beira Interior» (Tondela, Novembro 1997), Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, Viseu, 1998, 325-345.

DAVEAU, S. (1988). Progressos recentes no conhecimento da evolução holocénica da cobertura vegetal em Portugal e nas regiões vizinhas. Finisterra, XXIII, Lisboa. 101-152.

JANSSEN, C. R. WOLDRINGH, R. E. (1981). A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from Serra da Estrela, Portugal. Finisterra. XVI. Lisboa. 299-309.

KNAAP, W. O., LEEUWEN, J. F. N. (1995). Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra da Estrela, Portugal. Review of Paleobotany and Palynology. Utrecht. 153-211.

PONTE, S., (2006). Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PORFÍRIO, E., MARQUES, J. N., (2008). Plano de exploração do sector Argemela I - Sondagens arqueológicas de Avaliação Relatório Final, Coimbra, 2008 (relatório depositado no IPA)

PROENÇA, F. T. (1908). Ensaio de Inventário dos castros Portuguezes. Leiria: Typographia Leiriense.

RIBEIRO, O. LAUTENSACH, H. DAVEAU, S. (1987). Geografia de Portugal. vol. I. A posição geográfica e o território. Lisboa: Sá da Costa.

SILVA, R., (2005), Génese e evolução da estrutura do povoamento do I Milénio a.C. na Beira Interior, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 Vols. (trabalho policopiado).

SARMENTO, F. M. (1883). Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Secção de Archeologia. Lisboa: Imprensa Nacional.

THADEU, D. (1951). Geologia e jazigos de chumbo e zinco da Beira Baixa. Boletim da Sociedade Geológica de Portugal. 9 (1-2). 1-144.

VIANA, A. FERREIRA, O. V. ANDRADE. R. F. (1957). Molde de fundição para anéis encontrado no Castro da Senhora da Cola (Ourique). Revista de Guimarães. LXVII (1-2). 201-206.

VILAÇA, R. (1995), Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze, Trabalhos de Arqueologia, 9, IPPAR, Lisboa, 2 vol.

VILAÇA, R., (2002). Parecer sobre a situação arqueológica do Cabeço da Argemela, Lavacolhos/Barco, Fundão/Covilhã, Coimbra 2002 (Relatório depositado no IPA).

VILAÇA, R. (2005) “Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C.”. Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia, Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior, 21 e 22 de Outubro de 2004, Guarda, 13-32.

VILAÇA, R. (2008) Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. *In* CELESTINO PÉREZ, S.; RAFEL, N.; ARMADA, X.-L. (eds.). Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate. Madrid: Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC. Série Arqueológica: 371-400.

VILAÇA, R. ALMEIDA, S. BOTTAINI, C. MARQUES, J. N. MONTERO-RUIZ, I. (2011). Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos. *In* Martins, C. M. B.; Bettencourt, A. M. S.; Martins, J. I. F. P.; Carvalho, J. (Eds.), Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental. 427-450

VILAÇA, R. e MARQUES, J. N. (2003). Prospecção, desmatção e avaliação de impacto arqueológico no Cabeço da Argemela – relatório de progresso de trabalhos, Coimbra, (relatório depositado no IPA).

VILAÇA, R., MARQUES, J. N. e PORFÍRIO, E. (2003). Sondagens no Cabeço da Argemela – relatório de progresso de trabalhos, Coimbra, (relatório depositado no IPA).

VILAÇA, R., SANTOS, A.T. PORFÍRIO, E. MARQUES, J.N. CORREIA, M. CANAS, N. (2000). O povoamento do I milénio a.C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento. Estudos Pré-históricos. VIII. 187-219.

